

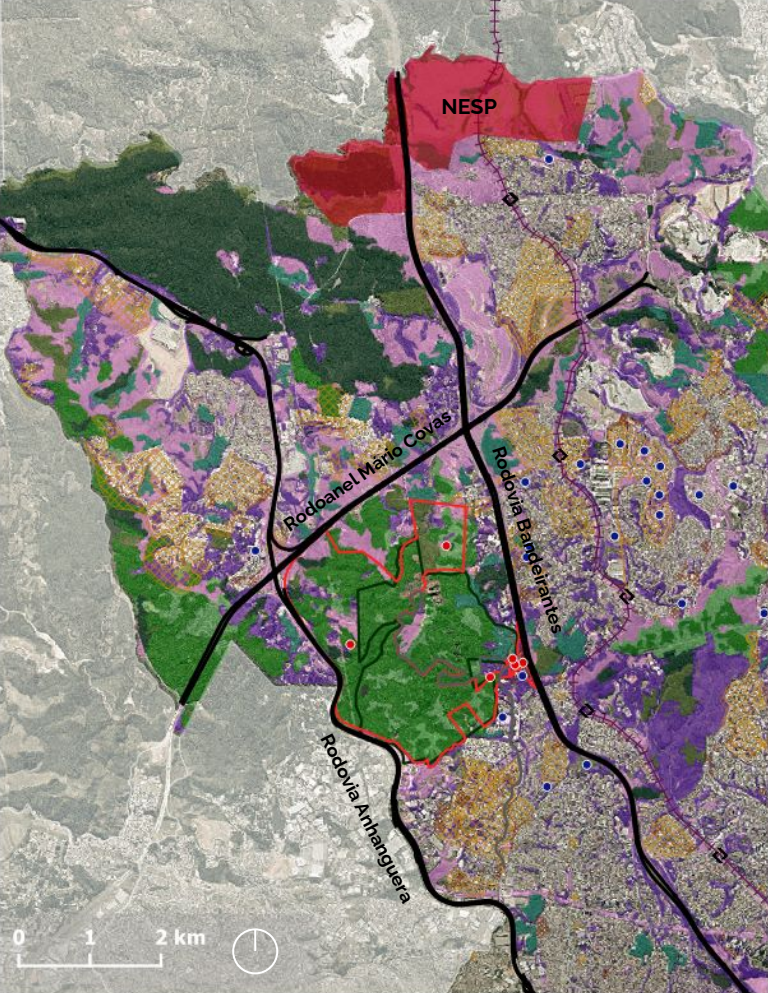
plano de manejo

Parque

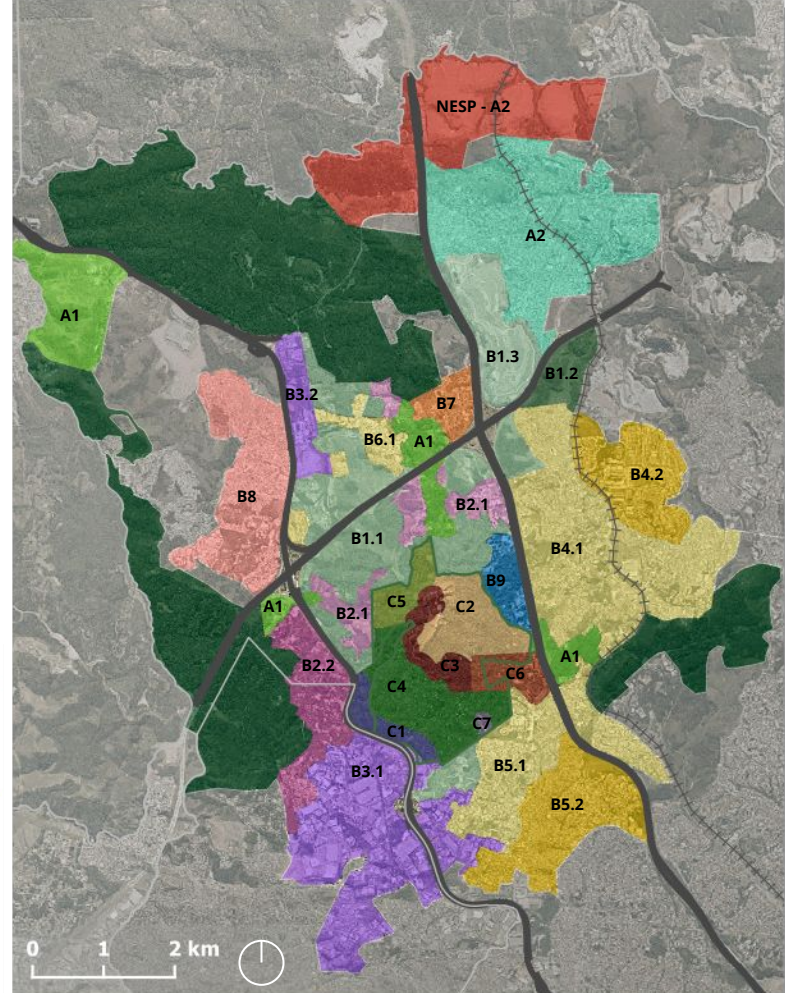
Estadual do

Jaraguá

equipe 1 |
álvaro bretas
bruna aoki
gabrielle mendes
guilherme furtado
sophia minkoves



- Mapa produzido pelo grupo. Dados primários: geosampa, cesad, embrapa, plano de manejo.**

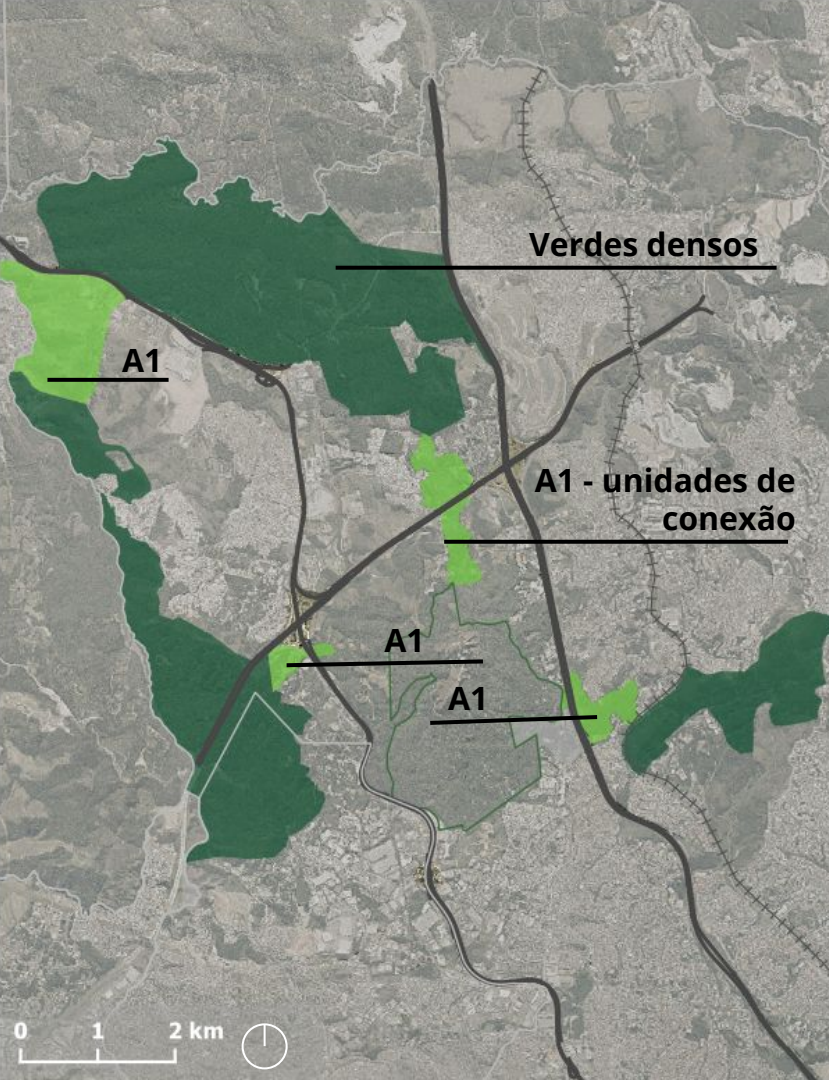


Proposta de Unidades

Mapa produzido pelo grupo.

Estudo Síntese

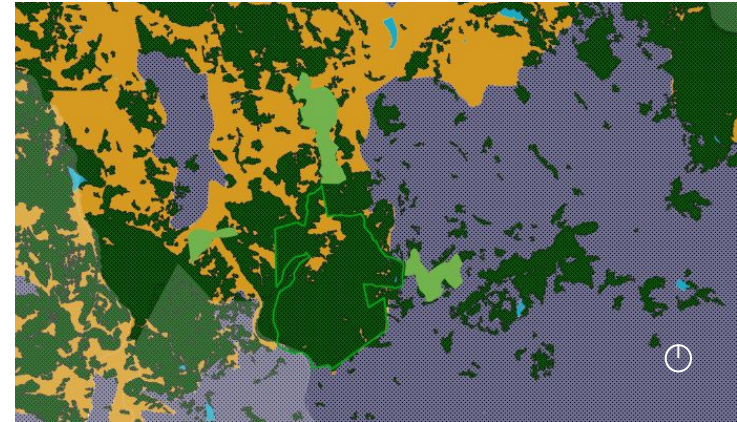
unidades de conexão (A1)



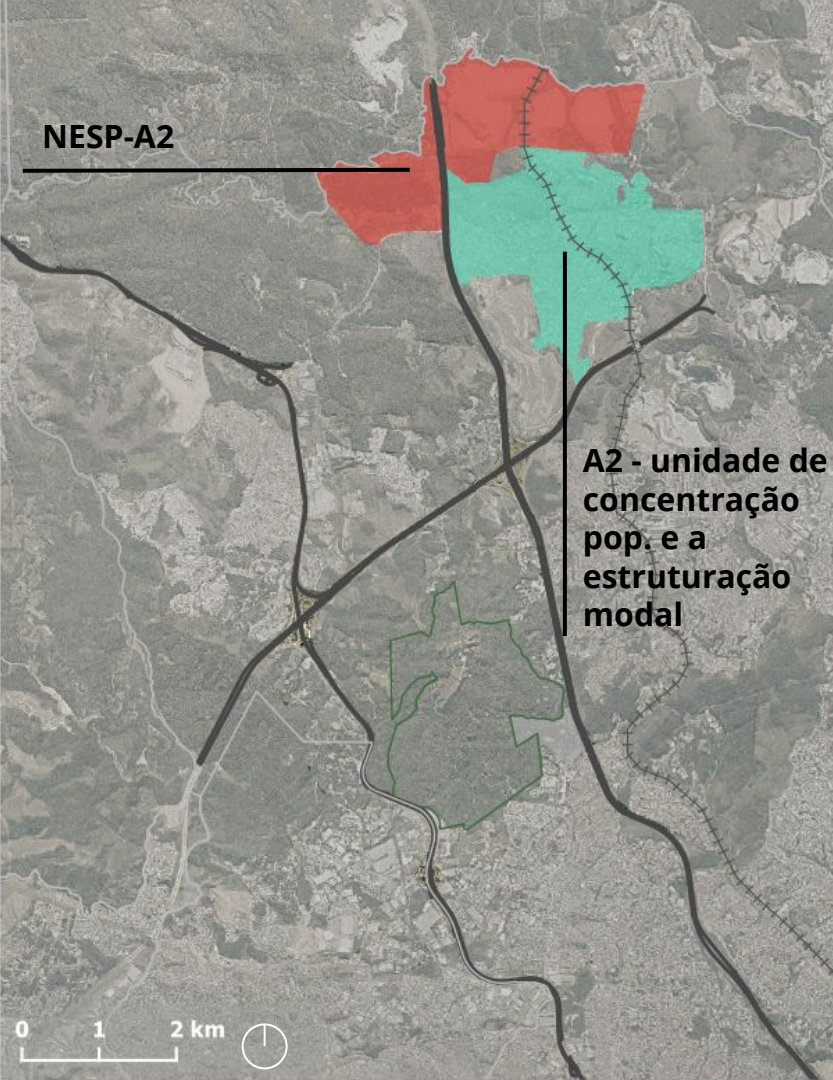
Caracterização: As rodovias que contornam o Parque do Jaraguá o isolam de outros grandes maciços vegetais do seu entorno, o que o prejudica a reprodução e perpetuação da fauna e flora que nele vivem.

Objetivo: Garantir a articulação entre os maciços arbóreos a fim de promover o encontro entre as espécies animais e vegetais das áreas verdes vizinhas ao PEJ.

Diretriz: Propor a construção de corredores ecológicos entre os parques em regiões estrategicamente mais viáveis.



Mapa produzido pelo grupo. Dados: EMPLASA



unidade de concentração populacional e estruturação modal (A2) e a questão do NESP

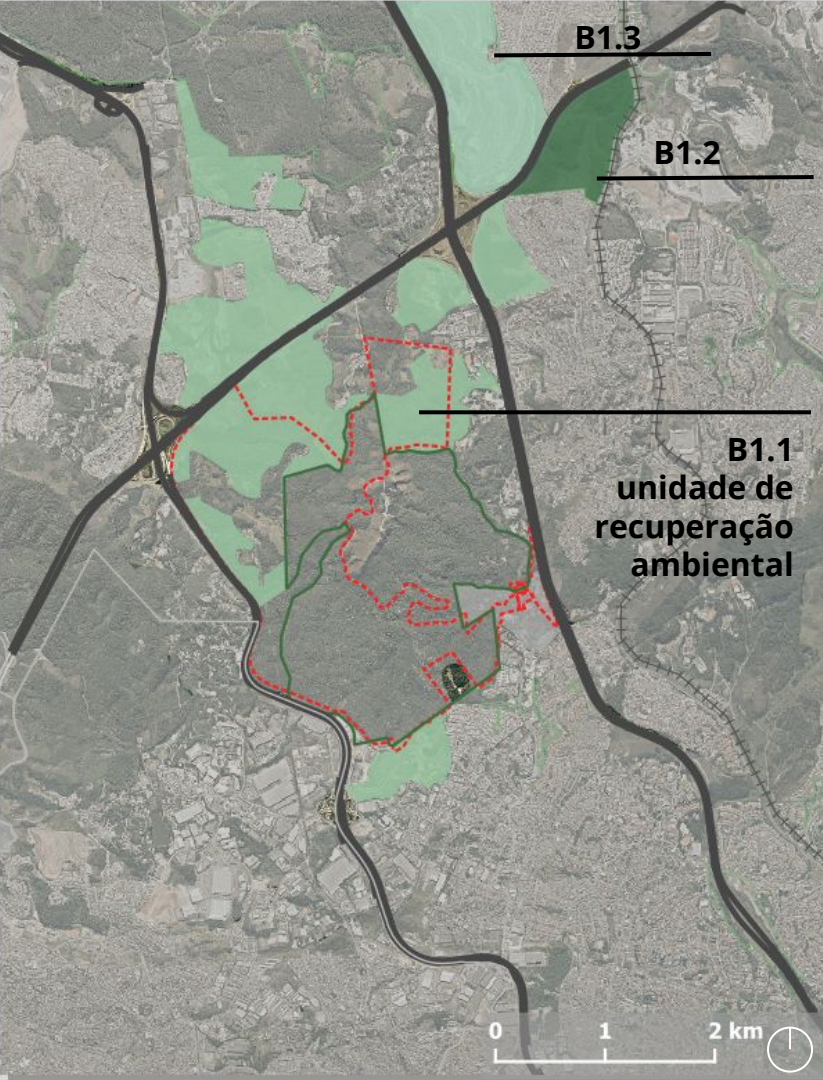
Caracterização: Centro de Perus. Região residencial com alta densidade populacional e vulnerabilidade social, além de poucos empregos formais.

Objetivo: Garantir que o NESP esteja condicionado a atender as demandas da população local de Perus.

Diretriz: Propor que a região, já demograficamente densa, concentre a população de Perus, assegurando o desenvolvimento da infraestrutura de transporte para que essa possa servir adequadamente aos moradores.



unidades de recuperação (B1)



Caracterização: Áreas de maciços vegetais fora dos limites do PEJ e constrangidas pelas três grandes rodovias.

Objetivo: Proibir o avanço construtivo e a consequente degradação da vegetação remanescente.

Diretriz: Propor unidade de recuperação ambiental, de modo a retirar as espécies vegetais intrusas e oportunistas, além de promover a regeneração da flora nativa e o tratamento dos solos contaminados.

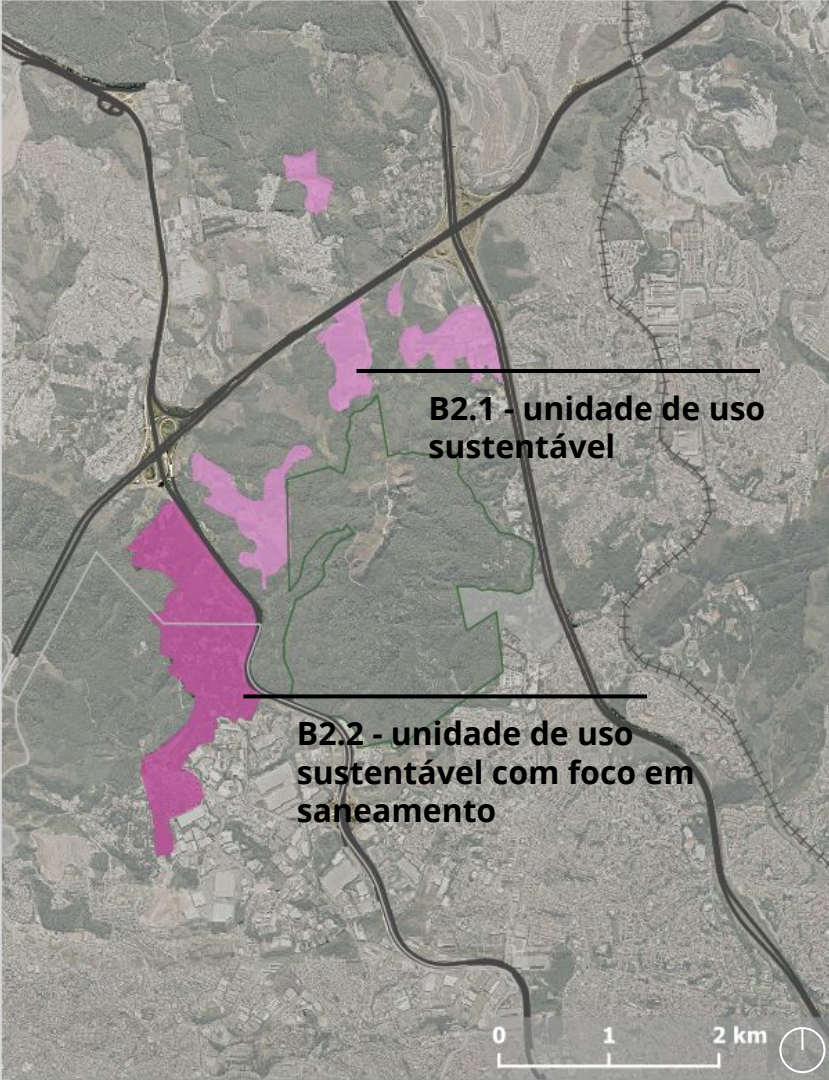


unidades de uso sustentável (B2)

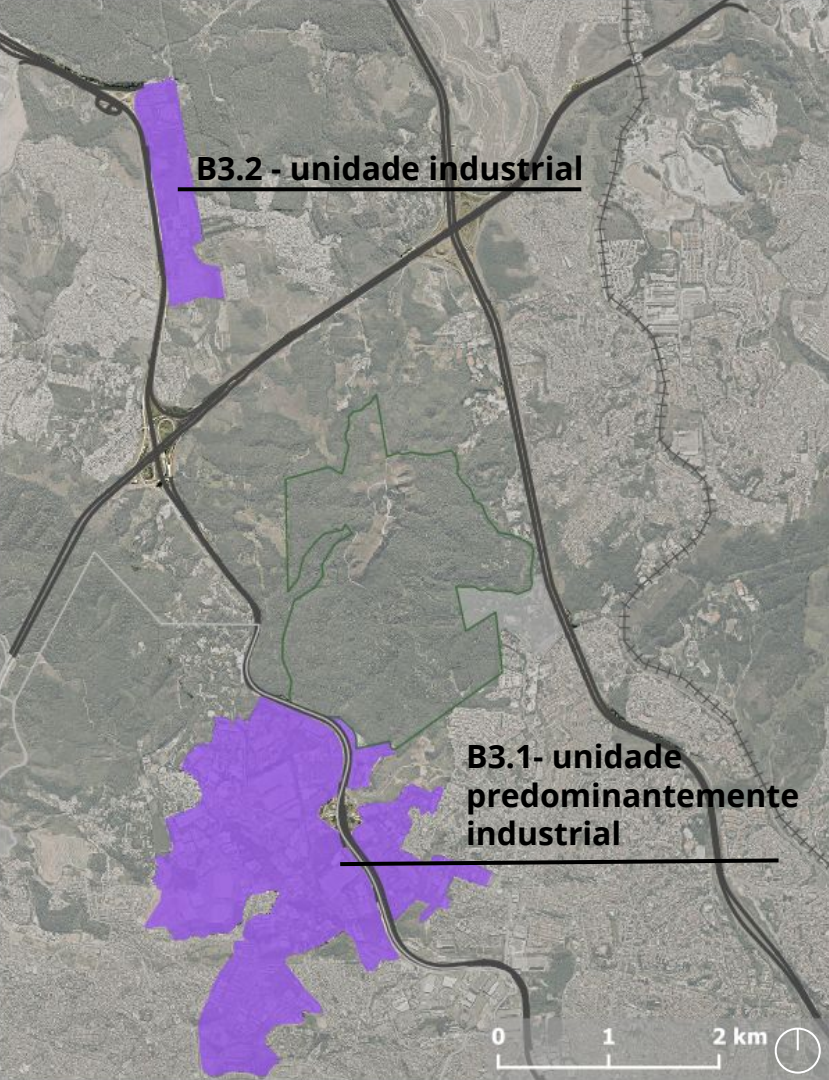
Caracterização: chácaras de verde abundante e usos originalmente não degradantes. Na unidade B2.2 se encontra a nascente de alguns corpos d'água.

Objetivo: garantir usos em conformidade com a zona de amortecimento do parque e coibir a instalação de galpões e aterros. Impedir contaminação dos corpos d'água.

Diretriz: incentivar o estabelecimento de negócios sustentáveis; TO máx= 0,1, desconto fiscal pela % de área verde. Políticas de saneamento básico onde há nascente.



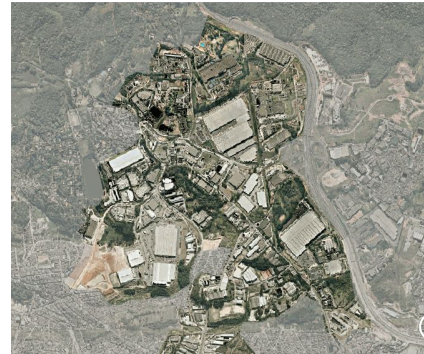
unidades de uso industrial (B3)



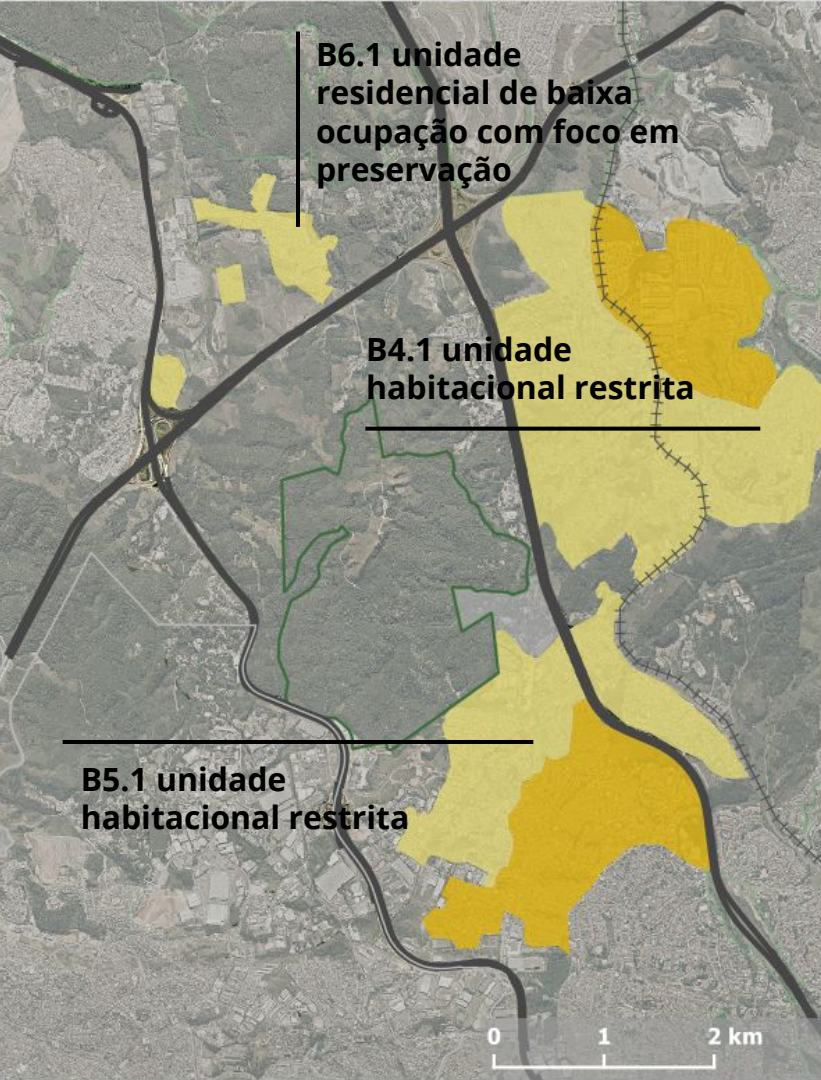
Caracterização: zona de grandes lotes atrativos ao mercado imobiliário e produtora de poluição do ambiente.

Objetivo: limitar possível adensamento populacional nessa face; **reduzir os níveis de perturbação que as indústrias causam à fauna.**

Diretriz: determinar limite de gabarito e de parcelamento do solo em lotes de no mínimo 10.000 m²; **estímulo ao uso de tecnologias limpas.**



unidades de uso habitacional



Caracterização: áreas com alta densidade construtiva associada às moradias precárias, com ocupações e o mercado imobiliário que avançam em direção ao PEJ, regiões mais próximas do parque.

Objetivos: Conter adensamento da área e impedir atuação do mercado imobiliário na área de transição; nas comunidades ocupadas, **incentivar interação socioambiental** entre o morador e o PEJ e **garantir saneamento básico** para garantir a preservação de corpos hídricos.

Diretrizes: definir parâmetros urbanísticos que **limitem gabaritos, adensamento construtivo e populacional**; organizar **campanhas de conscientização e de fiscalização** de instalação de infraestrutura para saneamento básico e de proteção dos córregos, do parque e do meio ambiente.

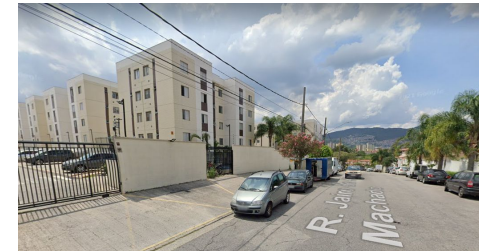
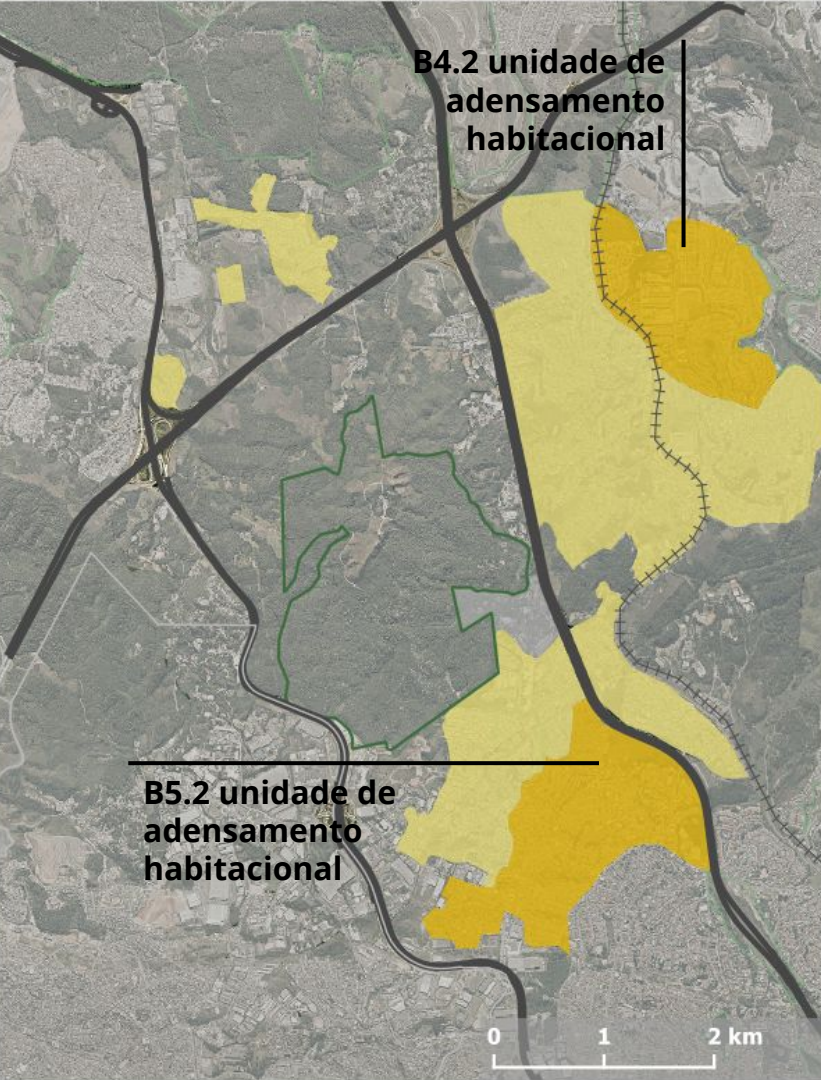
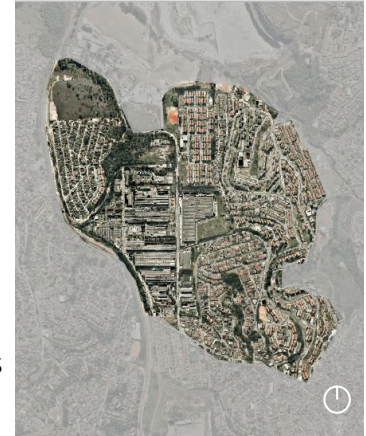


unidades de uso habitacional

Caracterização: áreas com alta densidade construtiva associada às moradias precárias, com ocupações e ações do mercado imobiliário; regiões mais distantes do parque.

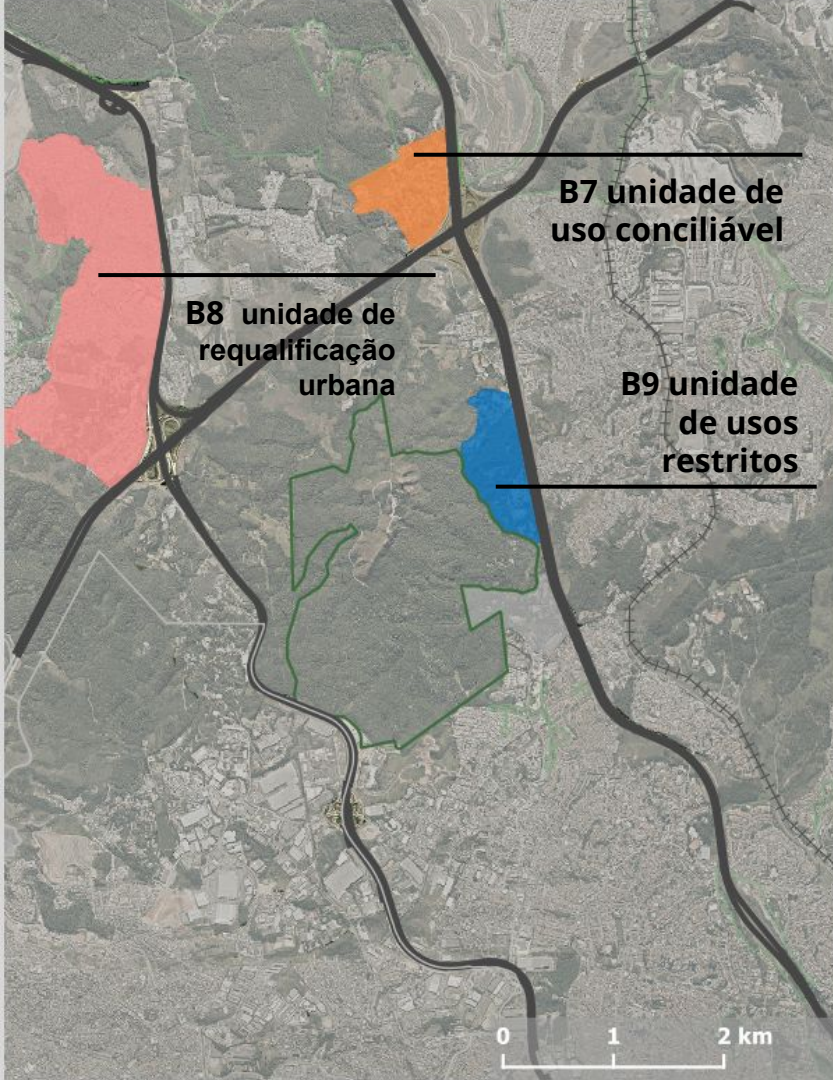
Objetivos: incentivar construção de habitações de interesse social a fim de desadensar o entorno do parque garantindo ocupações com infraestrutura; também conscientizar e conectar a população com os cuidados do PEJ.

Diretriz: incentivar com benefícios construtivos habitação de interesse social; organizar programas sustentáveis incentivados pelos órgãos ambientais para a população da região.



Imagens: Google Earth e Maps

unidades de uso habitacional



B7 - unidade de uso conciliável

Caracterização: baixa densidade demográfica e construtiva.

Objetivo: manter a tipologia e garantir a **preservação** de sua área vegetada.

Diretriz: **impedir adensamento** da área a partir da manutenção de gabarito baixos.

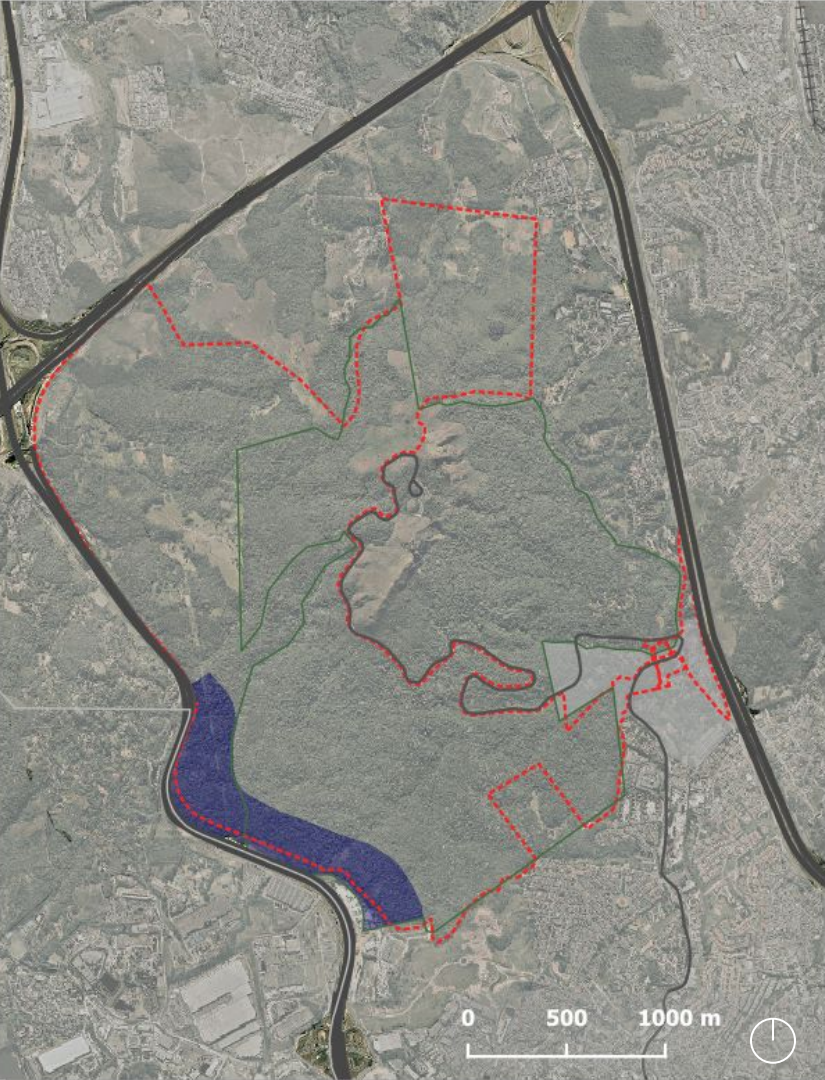
B9 - unidade de usos restritos

Caracterização: núcleos menos densos com diferentes ocupações: habitacional, chácaras, logística.

Objetivo: conciliar os usos com a preservação da UC minimizando os impactos ao parque.

Diretriz: permitir **usos de baixo impacto** como habitação ou lazer.





unidade de preservação fluvial (C1)

Caracterização: Local apresenta baixo saneamento e está próximo das indústrias, causando poluição dos rios. Área de floresta ombrófila mais consolidada e menos afetada pelo uso antrópico. Grande diversidade vegetal. Impacto gerado por práticas religiosas (pisoteios, fogueiras, oferendas)

Objetivo: Diminuição da contaminação fluvial e limpeza das águas. Diminuir impacto das práticas religiosas.

Diretrizes: Obras de infraestrutura de sistema de água e esgoto para as residências e indústrias do entorno do parque; preservação da vegetação e solo locais.

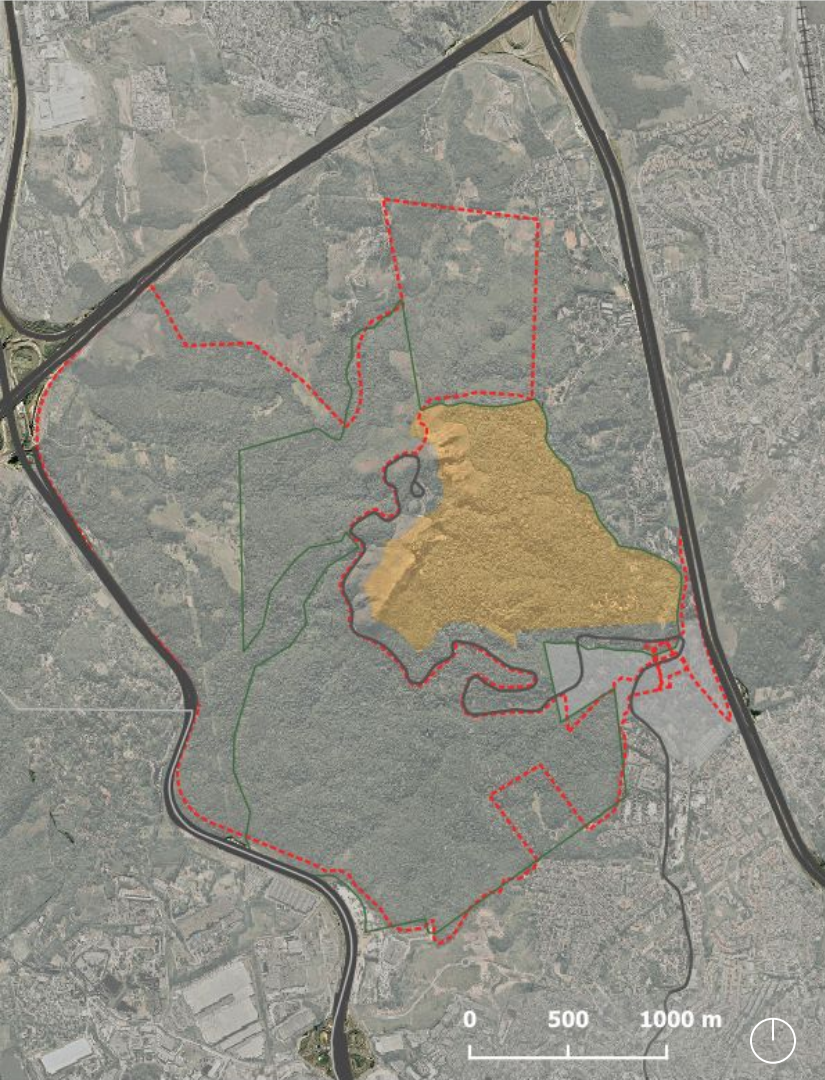
Designação de um local apropriado para práticas religiosas na Zona de Amortecimento, proibindo práticas perigosas à biodiversidade (ex: práticas com fogo). Conscientização dos grupos. Identificação e registro dos grupos atuantes.

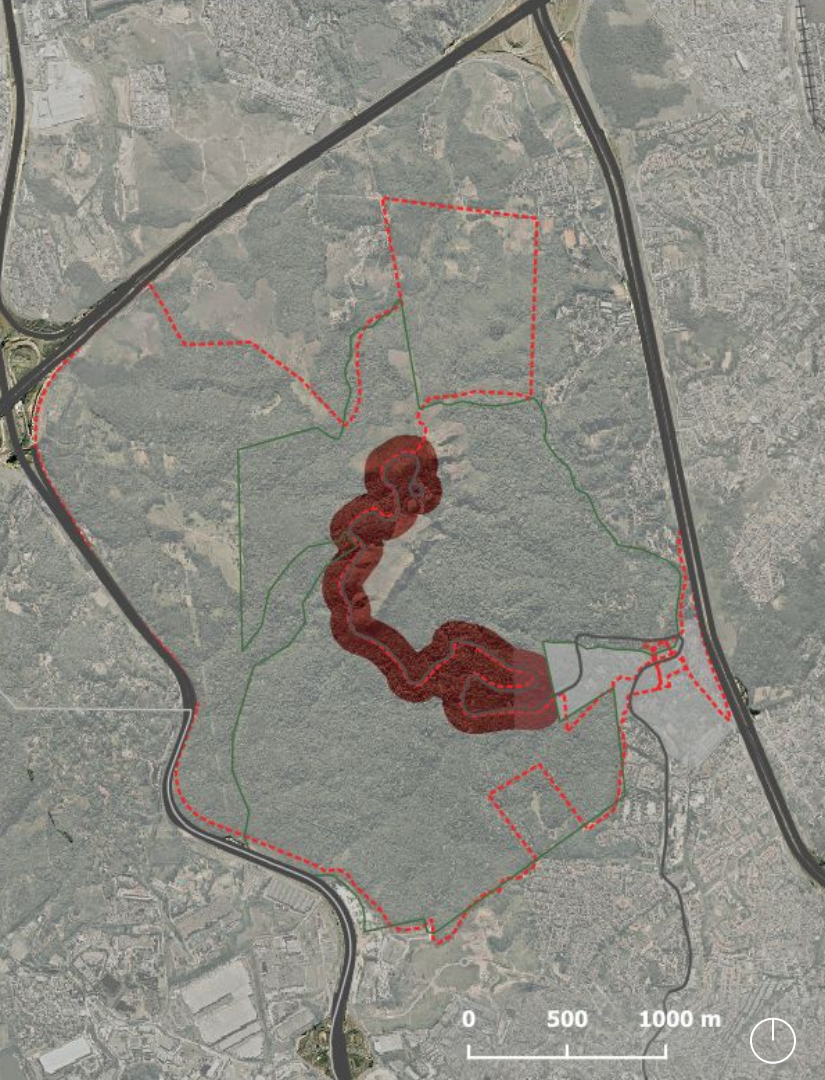
unidade de preservação vegetal - trilhas (C2)

Caracterização: degradação da vegetação no entorno das trilhas devido a ação antrópica. Descarte irregular de lixo pelos turistas. Vegetação oportunista nas bordas das trilhas afasta animais.

Objetivo: Conciliar usos existentes e importantes para a atividade do parque com a preservação do meio natural, visando recuperação da vegetação próxima às trilhas.

Diretrizes: Delimitação das trilhas, evitando desvios e acidentes; instalação de drenos para evitar erosão e alagamento; instalação de placas ao longo das trilhas contendo informações sobre a fauna e flora locais e sobre o regimento do parque, visando a conscientização do visitante; limitar entrada de veículos no interior do PEJ.



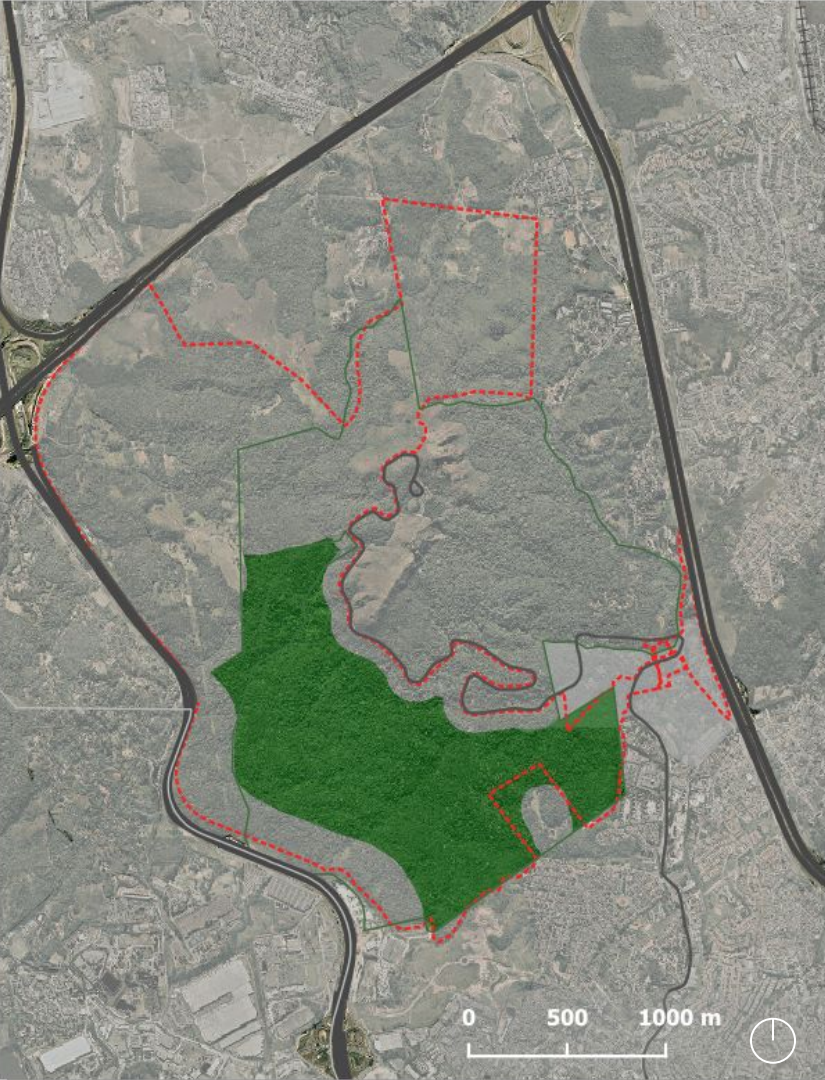


unidade turística - pico e estrada do jaraguá (C3)

Caracterização: Trilha do Pai Zé, torres de alta tensão no Pico, Estrada Turística do Jaraguá. Bioma de Cerrado (minoridade no parque), sob risco de incêndio. Terreno acidentado, suscetível a desmoronamentos.

Objetivo: Conciliar usos existentes e importantes para a atividade do parque com a preservação do meio natural.

Diretrizes: Implementar as mesmas medidas já mencionadas em relação à trilha que leva ao Pico; restringir acesso de veículos ao pico, priorizando carros da administração do PEJ; incentivar visita a outras atrações do parque, diminuindo o impacto no pico; acentuar prevenção de incêndios (ex: fiscalização e patrulhamento em dias propícios de incêndios (dias secos e quentes); conscientização dos visitantes)



unidade de baixo impacto antrópico - preservação (C4)

Caracterização: Floresta Ombrófila Densa, com pouca alteração vegetal. Intervenção mínima, mas com solo menos fértil, menor capacidade de regeneração vegetal, portanto deve receber alta proteção.

Objetivo: Garantir a preservação da vegetação local, limitar o impacto antrópico.

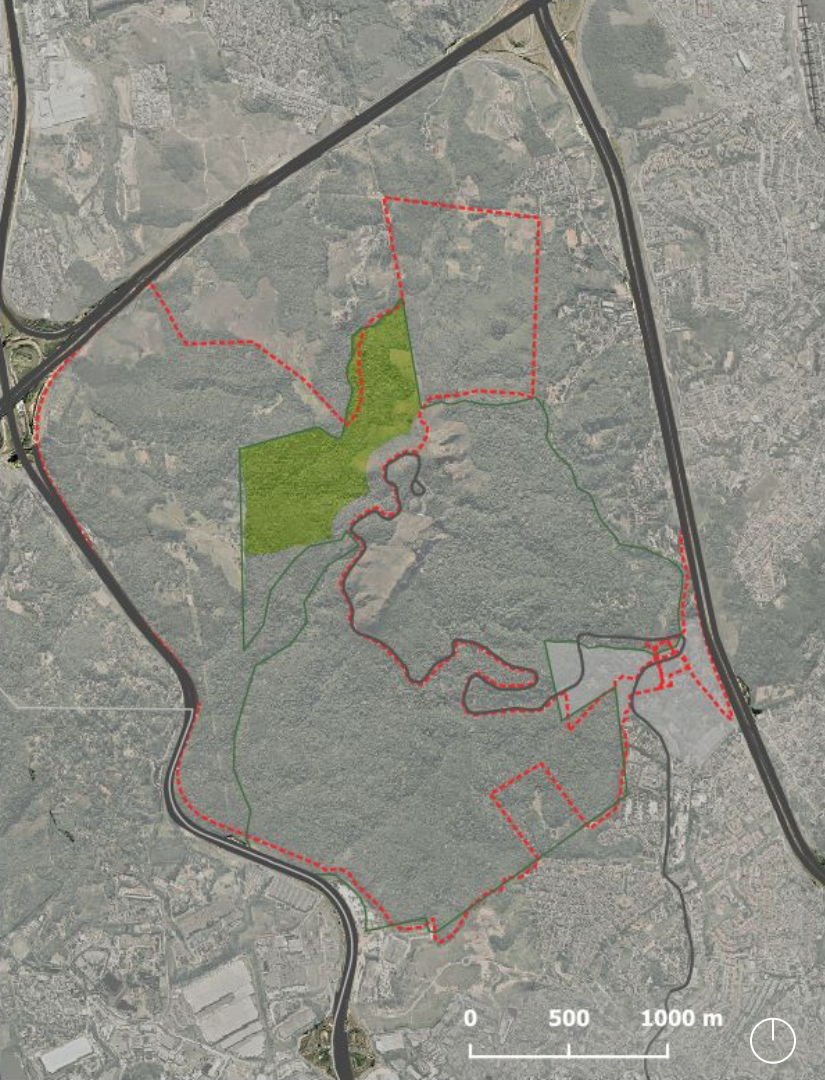
Diretrizes: Restringir o acesso de não-autoridades em zonas sem atividade antrópica, ressaltando a proteção da vegetação da unidade (resultando também na proteção da área indígena). Sendo estas áreas pouca propícias à regeneração ambiental, focar na preservação e regeneração do local.

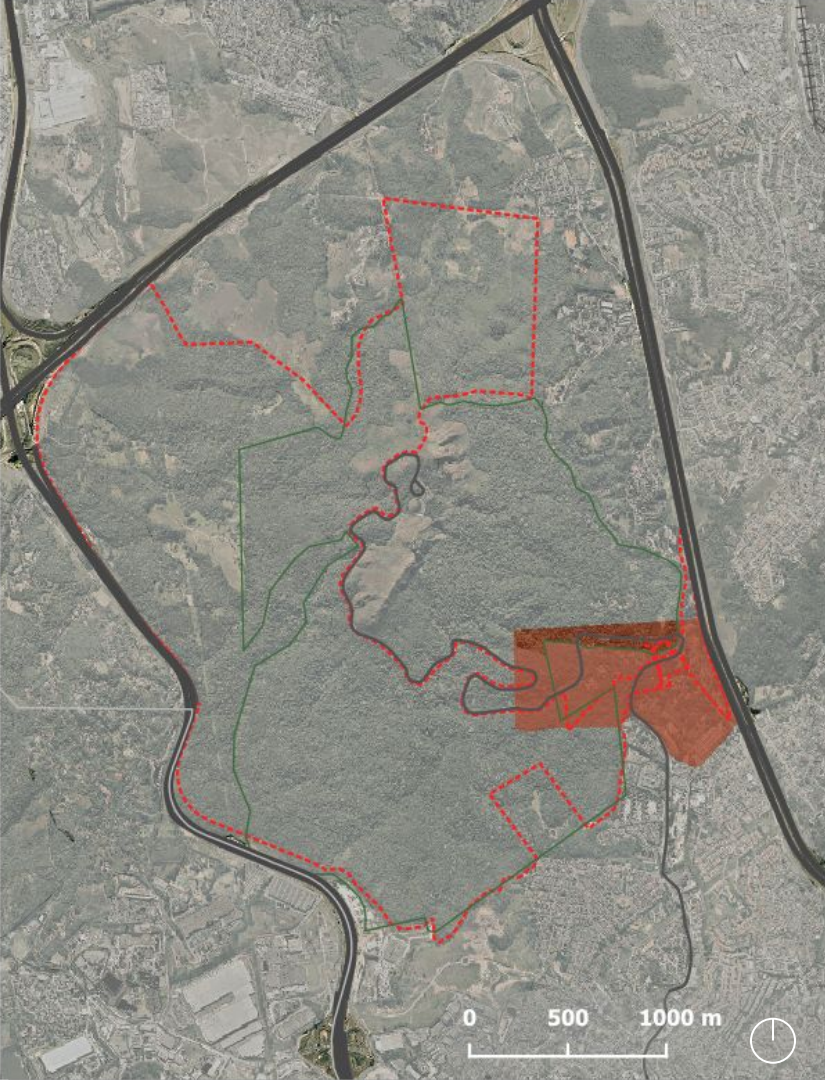
unidade de cerrado (C5)

Caracterização: Vegetação de cerrado com presença de espécies intrusas. Área em condições delicadas, onde a preservação da vegetação não é suficiente, necessita a realização de medidas de recuperação ambiental. Risco de incêndio, vegetação minoritária do parque.

Objetivo: Preservar e recuperar a vegetação da área, limitar o impacto antrópico.

Diretrizes: Restringir uso antrópico, possibilitando a recuperação de espécies nativas. Adotar medida de prevenção de incêndio, como mencionados na C3 (conscientização, patrulhamento em dia propícios a incêndios naturais).





unidade de ocupação indígena + uso antrópico intensivo (C6)

Caracterização: Presença das tekoas. Alta vulnerabilidade social, em conflito pela demarcação e homologação de terras. Maioria apresenta renda abaixo de 1 SM e tem produção artesanal como fonte de renda; Pressão dos condomínios, atividades na entrada do parque. Concentra abandono de animais, que transmitem doenças e afetam a fauna local.

Objetivo: Integração entre as questões indígenas e as de preservação do PEJ; Incentivo ao desadensamento para criar uma zona de amortecimento para as Terras indígenas; Coibir o abandono de animais.

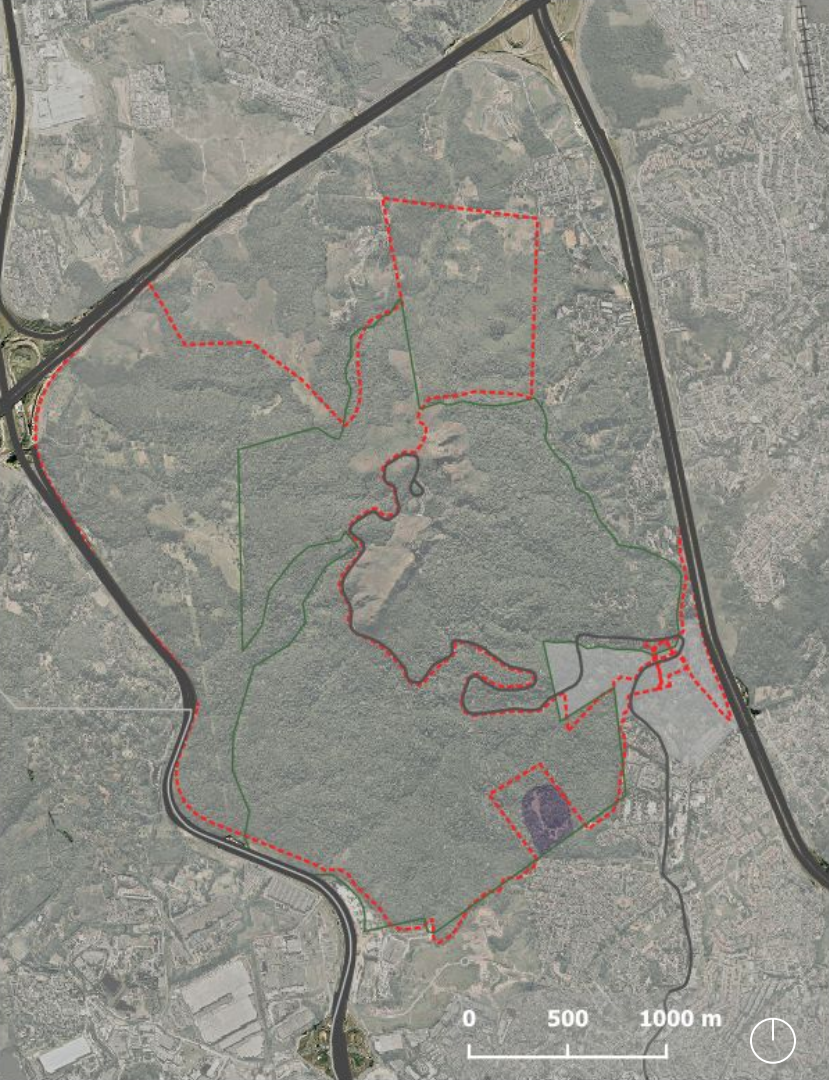
Diretriz: Participação indígena na gestão do parque, incluindo das aldeias ao redor do PEJ. Apoio à homologação de terras; Incentivar a visita à feira de artesanato das tekoas, sendo esta de extrema importância para a renda dos indígenas que ali moram; Programa conjunto à Prefeitura visando o resgate de animais e patrulhamento.

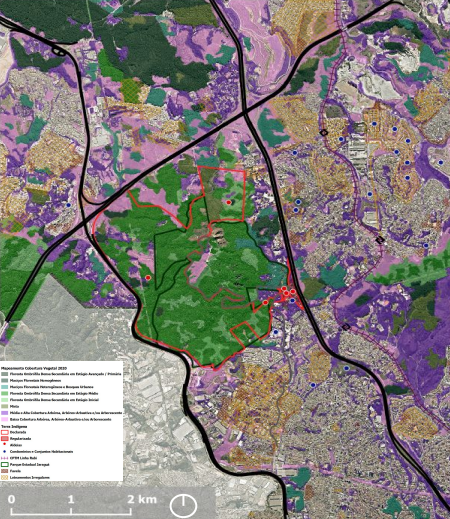
unidade de ocupação pela união dos escoteiros do brasil (C7)

Caracterização: Local onde se encontra a área de 12,4 ha de cessão em comodato à UEBI. Contém cabanas, cozinha e alojamento. A principal problemática da unidade se dá pela captação das águas fluviais destinadas ao abastecimento das instalações. Possibilidade de ações conjuntas entre os escoteiros e a administração do parque voltadas ao melhor uso e manutenção da UC. Vegetação escassa.

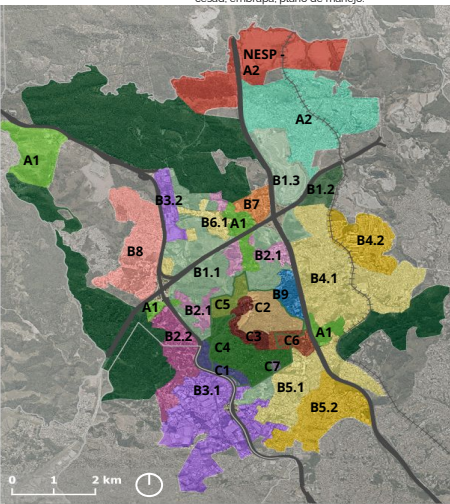
Objetivo: **Restringir impacto** causado pela União dos Escoteiros do Brasil; **Fortalecer a parceria** com a UEB na administração do PEJ. Reflorestamento parcial.

Diretriz: **Redimensionar o sistema de captação de água fluvial**, a fim de garantir o fluxo mínimo de água nos rios para a manutenção do bioma local; **Realizar atividades em parceria com os escoteiros**, visando uso público mais adequado do parque, como orientações quanto ao uso de lixeiras e não alimentar os animais, e campanhas de educação ambiental dos visitantes e na ZA. **Incentivar medidas para recuperação da flora.**



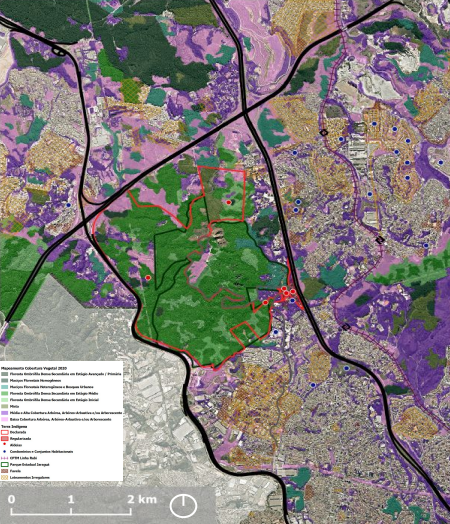


Estudo Síntese Mapa produzido pelo grupo. Dados primários, geosampa, cesad, embarpa, plano de manejo.

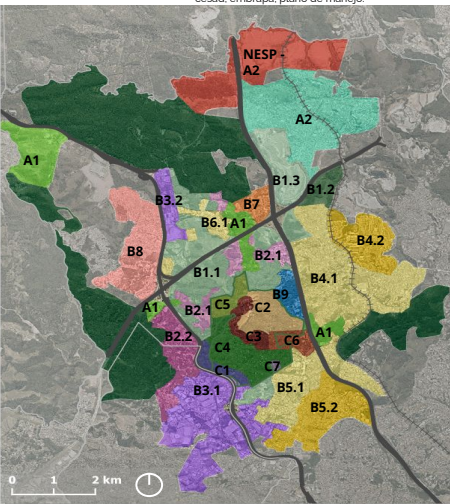


Proposta de Unidades Mapa produzido pelo grupo.

TABELA DE UNIDADES PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ	QUESTÃO	OBJETIVO	DIRETRIZES
A - ESCALA REGIONAL	AMBIENTAL	A1 - Garantir a articulação entre os maciços arbóreos a fim de promover o encontro das espécies animais e vegetais que habitam nessas áreas verdes e que estão atualmente, isoladas umas das outras em função das barreiras físicas que os grandes rodovias constituem. Permitir os encontros entre diferentes populações da fauna e flora, áreas isoladas umas das outras, para viabilizar a variabilidade genética e a perpetuação de indivíduos mais saudáveis.	A1 - unidades de conectividade - Propor a construção de corredores ecológicos entre os parques em regiões estrategicamente selecionadas - em função da viabilidade ambiental e econômica do projeto - a fim de alcançar resultados mais efetivos.
	ANTRÓPICO	A2 - NESP e Centro de Perus - Região de elevada densidade populacional e alta vulnerabilidade social, predominantemente residencial, com poucos empregos formais, sendo os existentes do setor terciário (comércio e serviços).	A2 - unidade de concentração populacional e estruturação modal - Manter a população concentrada na região 1 (predominantemente residencial), assegurando o desenvolvimento da infraestrutura de transporte a fim de permitir que a população local tenha acesso aos novos empregos gerados pelo NESP, de modo que o entroposto sirva principalmente a essa população, evitando que moradores de outros distritos se deslocem para ocupar a região e a adensem ainda mais.
AMBIENTAL	B11 - ÁREA DE MACIÇO VEGETAL CONSTRANGIDA PELAS TRÊS RODOVIAS E FORA DOS LIMITES DO PARQUE - CONSOLIDAÇÃO DO PARQUE NA ENVOLTÓRIA	B1 e 1.2 - Proteger o avanço construtivo e a consequente degradação do bioma de vegetação atlântico remanescente. Restar a área.	B1 e 1.2 - unidade de recuperação ambiental , retirando as espécies invasoras e oportunistas, além de promover a regeneração da flora nativa a partir de um processo naturalista induzido.
	B12 - ÁREA VERDE SIGNIFICATIVAMENTE DEGRADADA AO LESTE DA RODOANEL PRÓXIMO AO CENTRO DE PERUS	B13 - Impedir avanço construtivo para a região e promover a conectividade entre as áreas verdes próximas.	B13 - unidade de recuperação ambiental , visando recuperar o solo contaminado e a consolidação de um parque que se conecte ao Anhanguera.
AMBIENTAL	B13 - ATERRO SANITÁRIO PRÓXIMO AO PARQUE ANHANGUERA	B21 - Cobrir o avanço dos aterros e galpões, incentivar atividades em conformidade com a proteção do PE.	B21 - unidade de uso sustentável com incentivo de usos como produção de orgânicos, mudas, agrícolas. TO máx + 0.1 folas grandes, para construções mínimas, redução taxativa pela porcentagem de área verde florestada do lote, permeável. Se sobressaer ao ambiental do entorno.
	B21 - Chácaras do entorno (ver se tem problema) - únicas áreas contíguas ao Parque, importantes para amortecimento mas foco de preocupação pela crescente utilização para realização de festas raves, ocupação irregular, aliter clandestino - Pressão para a expansão da zona urbana sobre a zona rural, ou mesmo áreas de proteção ambiental. Áreas de chácaras e áreas propensas a expansão urbana (letras previstas na legislação para parcelamento do solo urbano e áreas objeto de invasões por movimentos sociais).	B2 - Conservação do curso d'água, garantir implementação de infraestrutura básica de saneamento na região, conforme parâmetros de proximidade com mananciais. Incentivar atividades em conformidade com a proteção do PE.	B2 - unidade de uso sustentável e promover políticas de qualificação urbana de saneamento básico
AMBIENTAL	B22 - Pressão residencial de baixíssima densidade a sudoeste (chácaras), em Osasco. No bairro Santa Fé, encontra-se a nascente de um dos cursos d'água que flui para o parque, sendo também importante sua preservação.	B31 - Limitar o avanço do mercado imobiliário para a região, de forma a não permitir grandes adensamentos - por ser uma área já ser consolidada, opta-se por mitigar seus efeitos sobre o parque e limitar sua expansão para que não venha a avançar ainda mais. Impedir contaminação do solo e ruídos/vibrações que perturbam a fauna do parque.	B31 - unidade predominantemente industrial Propor penalidades ou vantagens para estimular indústrias e empresas a utilizarem tecnologias limpas que não contaminem os arredores e baixa poluição sonora. B5 - Colocar limite de gabarito, permitindo parcelamento do solo para lotes de no mínimo 10000m2.
	B31 - INDUSTRIAL (ativo para mercado imobiliário + contaminação) - Alteração da paisagem no local de instalação, poluição atmosférica, poluição do solo e dos corpos d'água. Através de mão-de-obra e decorrente pressão para ocupação de novas áreas para moradia. Intensificação dos processos de urbanização. Destruição da biota. Ruídos e vibrações que atrapalham a fauna.	B32 - Impedir a contaminação do solo, das espécies vegetais e da água, além de diminuir os impactos que a poluição sonora gera na fauna da região.	B32 - unidade industrial - Propor penalidades ou vantagens para estimular indústrias e empresas a utilizarem tecnologias limpas que não contaminem os arredores e baixa poluição sonora.
AMBIENTAL	B32 - Zona industrial, caracterizada por usos poluentes que vem a prejudicar os corpos d'água e biomas, além de produzir ruídos (poluição sonora).	B4 e B 5.1 - Conter adensamento da área e avanço de novas ocupações em direção ao parque, principalmente habitações. Impedir atuação do mercado imobiliário na possível área de transição do PEJ. No existente - Área conflitante: conciliar os usos com a preservação da UC, com medidas que minimizem os impactos ao parque. Incentivar interação Socioambiental, relacionamento entre a população do entorno e o parque. Garantir saneamento básico nas habitações para reduzir contaminação dos corpos hídricos.	B4 e B 5.1 - unidade habitacional restrita. URBANIZAÇÃO DE BAIXO IMPACTO Parâmetros urbanísticos para conter o mercado imobiliário e o adensamento do região (baixos) gabarito, densidade populacional, densidade e construtiva. Garantir saneamento. Participação Social na conservação do PEJ e entorno - programas sustentáveis incentivados pelos órgãos ambientais para a população da região.
	B4 - Pressão Urbana das Habitações pelo lado da Bandeirantes (adensamento de moradias precárias)- loteamentos irregulares que avançam sobre as áreas rurais, parcelando-as e transformando-as em urbanas	B42 e B5.2 - Incentivar construção de habitações de interesse social a fim de desadensar o entorno do parque	B42 e B5.2 - unidade de adensamento habitacional . Incentivar com benefícios construtivos habitação de interesse social, sendo 50% para famílias de renda de até 3 salários mínimos e outros 50% para famílias com renda de três a seis salários mínimos. Garantir saneamento. Participação Social na conservação do PEJ e entorno - programas sustentáveis incentivados pelos órgãos ambientais para a população da região.
AMBIENTAL	B5 - Pressão Urbana das Habitações ao Sul (conjuntos habitacionais + ocupação densa da Vila Jaraguá)	B61 - Inviabilizar adensamento construtivo e populacional para frear possíveis impactos ambientais negativos no entorno e promover saúde pública e higiene as moradas da área, além de garantir a preservação dos córregos e mananciais.	B61 - unidade residencial de baixa ocupação com foco em preservação - Definir zona orientada por parâmetros urbanísticos que contenham o avanço populacional e viabilizem uma requalificação urbana, garantindo saneamento básico e proteção dos córregos que que nascem na região.
	B61 - Região de população densa e elevada vulnerabilidade social, cortada por córregos e corpos d'água suscetíveis a contaminação em função da falta de saneamento básico nessa área.	B7 - Realizar a manutenção da baixa densidade populacional dessa região, garantindo também a preservação de sua significativa área verde.	B7 - unidade de uso conciliável - Impedir adensamento da área a partir da manutenção de gabarito baixos, com TO máx para novas construções de 0,5, com a outra metade vegetal.
AMBIENTAL	B7 - Área exclusivamente ocupada por florestas de baixo gabarito, caracterizada por baixa densidade demográfica e construtiva, concentrando significativa massa de vegetação.	B8 - Impedir o avanço construtivo e o adensamento populacional, além de viabilizar condições de moradia mais salubres à população da região.	B8 - unidade de requalificação urbana - Propor zona de uso exclusivamente residencial de baixa ocupação, de modo a promover a requalificação urbana dos loteamentos subnormais e precários.
	B8 - Pressão urbana de densidade média ao norte da Anhanguera perto da Rodovial - pressão para a construção de galpões e estruturas de logística ao longo da Rodovia Anhanguera, na Zona de Lazer e Recreação localizada na porção noroeste do PEJ, na qual de acordo com as disposições do zoneamento municipal esse tipo de atividade é permitida.	B9 - Impedir que o mercado imobiliário avance para a região, impedir adensamento populacional e construtivo. Incentivar: No existente - Área conflitante: conciliar os usos com a preservação da UC com medidas que minimizem os impactos ao parque. Contar adensamentos e incentivar usos mais verdes.	B9 - unidade de usos restritos , permitindo usos de baixo impacto como habitação ou lazer
AMBIENTAL	B9 - Núcleos menos densos entre o PEJ e as Bandeirantes (dimensionar as habitações, não devia ter acontecido mas ainda tem um impacto, retirar e viável? implementar algo que trabalhe com o que já existe, usos de baixo impacto, mitigar ampliação, urbanização de baixo impacto)		



Estudo Síntese Mapa produzido pelo grupo. Dados primários: geosampa, cesad, embarpa, plano de manejo.



Proposta de Unidades Mapa produzido pelo grupo.

TABELA DE UNIDADES PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ	QUESTÃO	OBJETIVO	DIRETRIZES
AMBIENTAL	C1 - ÁREA DE CONTAMINAÇÃO DOS RIOS PELA INFLUÊNCIA INDUSTRIAL PRESENTE NO ENTORNO LOCAL apresenta baixo saneamento e está próximo das indústrias. Área de floresta ombrofília mais consolidada e menos afetada pelo uso antrópico. Grande diversidade vegetal. Práticas religiosas no sul e próximo a Anhangüera que apresentam riscos à fauna e flora local - pistoleio, ofensas, foguetes.	C1 - Almejar, com colaboração governamental, a diminuição da contaminação fluvial e limpeza das águas. Diminuir o impacto das atividades religiosas no PEJ.	C1 - Unidade de preservação fluvial Obras de infraestrutura de sistema de água e esgoto para as residências e indústrias do entorno do parque; Preservação da vegetação e solo local; Designação de um local apropriado para práticas religiosas na Zona de Amortecimento, proibindo práticas perigosas à biodiversidade (ex: práticas com fogo); Identificação e registro dos grupos atuantes;
	C2- DEGRADAÇÃO DA VEGETAÇÃO NO ENTORNO DAS TRILHAS devido a ação antrópica. Concentra-se na área nordeste, acima da entrada do parque, onde encontram-se as trilhas. Apresenta também descarte irregular de lixo pelas trilhas. Vegetação oportunista nas bordas das trilhas afasta animais.	C2/ - Conciliar usos existentes e importantes para a atividade do parque com a preservação do meio natural.	C2 - Unidade de preservação vegetal Delimitação das trilhas, para evitar caminhos alternativos que podem causar ainda mais impacto negativo (ex: implementação de corrimãos, evitando desvios e acidentes); Obras como a instalação de drenos para evitar erosão e alagamentos perto das trilhas; Instalação de placas ao longo das trilhas contendo informações sobre a fauna e flora locais e sobre o regimento do parque, visando a conscientização do visitante. Limitar entrada de veículos no interior do PEJ.
	C3- ÁREA DO ENTORNO DAS ESTRADA TURÍSTICA E DO PICO - Trilha do Pai Zeé, Iorres de alta tensão, Estrada Turística do Jaraguá, Bioma de Cerrado (limina no parque), solo rico em incêndio, sendo de extrema importância sua proteção. Área de terreno acentuado, suscetível a desmoronamentos.	C3 - Igual C2. Conciliar usos existentes e importantes para a atividade do parque com a preservação do meio natural.	C3 Unidade turística - Pico do Jaraguá e Estrada do Jaraguá; Implementar as mesmas medidas já mencionadas em relação à trilha que leva ao Pico; Restringir acesso de veículos ao pico, priorizando carros da administração do PEJ; Incentivar visitação à culmas atólicas do parque, diminuindo o impacto no pico; Acentuar prevenção de incêndios (ex: fiscalização e patrulhamento em dias propícios de incêndios (dias secos e quentes); conscientização dos visitantes)
	C4 - ÁREA DE BAIXA OCUPAÇÃO ANTRÓPICA E DE BAIXA REGENERAÇÃO VEGETAL. Apresenta floresta ombrofíla densa, com pouca alteração vegetal, intervenção mínima, porém o solo é menos fértil e apresenta menor capacidade de regeneração vegetal, portanto deve receber alta proteção.	C4 - Garantir a preservação da vegetação local, limitar o impacto antrópico.	C4 - Unidade de baixo impacto antrópico Restringir o acesso de não-autoridades em zonas sem atividade turística ressaltando proteção da região (resultando também na proteção da área indígena). Sendo estas áreas pouco propícias a regeneração ambiental, focar na preservação e revitalização do local.
C - ESCALA LOCAL	C5- CERRADO - ÁREA COM ESPÉCIES INTRUSAS: Predomínio de Cerrado, vegetação monitória do parque e suscetível à incêndios. Área em condições delicadas, onde a preservação da vegetação não é suficiente, necessita a realização de medidas de recuperação ambiental. Solo mais infértil, mais difícil de regeneração.	C5 - Preservar e recuperar a vegetação da área, limitar o impacto antrópico	C5 - Unidade cerrado Igual C4. Restringir o acesso de não-autoridades em zonas sem atividade turística. Ressaltar proteção da Zona Noroeste, onde predomina o Cerrado. Sendo estas áreas poucas propícias a regeneração ambiental, focar na preservação e revitalização do local.
	C6 - ÁREA DE CONFLITOS E USO INTENSOS, ONDE CONCENTRA A QUESTÃO INDÍGENA. Presença das teléas. Moradores em alta vulnerabilidade social, em conflito pela demarcação e homologação de terras. Maioria apresenta renda abaixo de 1 SM e tem profissão artesanal como fonte de renda. Pressão dos condomínios para ocupação da área. Problema de abandono de animais próximo a rodovias, que causam doenças e impactam a fauna local.	C6 - QUESTÃO INDÍGENA. Maior integração entre as questões indígenas e as de preservação do PEJ. Respeito à luta indígena e enfrentamento das dificuldades encontradas pelos povos habitantes no PEJ e seu entorno. Proibir a atuação do MERCADO IMOBILIÁRIO na área, incentivando descondominar para criar uma zona de amortecimento para as Terras Indígenas; Diminuir, com a eventual extinção, a prática de abandono de animais.	C6 - Unidade de uso intenso e ocupação indígena: Participação indígena na gestão do parque, incluindo das aldeias ao redor do PEJ. Apoio à homologação de terras, assim como atuação alinhada à causa indígena. Possibilitar aproximação dos líderes indígenas com lideranças governamentais estaduais e municipais; Assegurar proteção das áreas indígenas, respeitando as quotas e demandas das lideranças, com decisões colaborativas, visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores das teléas; Incentivar a visitação à feira de artesanato das teléas, sendo esta de extrema importância para a renda dos indígenas que ali moram (integrar e estimular participação das teléas no parque.); Campanhas de sensibilização da população quanto aos danos que las atividades causam; sinalização Programa conjunto à Prefeitura visando o resgate de animais por equipes de patrulha e agentes públicos de segurança animal. Fiscalização da área concentrada de abandonos (embora isso possa levar a outro local).
	C7 - Unidade Escoteiros: Local onde se encontra a área de 12,4 ha de cessão em comodato a União dos Escoteiros do Brasil. Contém cabanas, cozinha e alojamento para os escoteiros. A principal problemática da unidade se dá pela captação das águas fluviais deslindadas ao abastecimento das instalações da UEB. Vegetação escassa. A presença da organização no parque abre a possibilidade de ações conjuntas entre os escoteiros e a administração do parque voltadas ao melhor uso e manutenção da unidade.	C7 - Restringir impacto causado pela União dos Escoteiros do Brasil. Fortalecer a parceria com a UEB na administração do PEJ. Recuperação parcial da vegetação.	C7 - unidade de ocupação pela união dos escoteiros do brasil Restringir área utilizado pelos escoteiros, buscando o reflorestamento da área afetada. Revisar e redimensionar o sistema de captação de água fluvial, a fim de garantir o fluxo mínimo de água nos rios para a manutenção do bioma local (implementação de atividades em parceria com os escoteiros, visando um uso público mais adequado do parque, como orientações quanto ao uso de lixeiras e não alimentar os animais, e campanhas de educação ambiental dos visitantes e na Zona de Amortecimento. Incentivo à preservação e de práticas de regeneração vegetal.
ANTRÓPICO			

**AUP0652 - Planejamento da Paisagem Prof^a
Ana Cecília de Arruda Campos
2021.1**

**equipe 1 |
álvaro bretas
bruna aoki
gabrielle mendes
guilherme furtado
sophia minkovs**

referências

Plano Diretor Estratégico de São Paulo - Texto ilustrado - Lei 16.050. São Paulo, 31 jul. 2014. Disponível em:<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estrat%C3%A9gico-Lei-n%C2%BA-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-da-lei-ilustrado.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

SANDEVILLE JR., Euler; BIRELLO, Fernando; BORTOLO, Mario; DEBOA, Suerda; FELICIANO PALMA, Bruna; GODOY BUENO, Flávia Assumpção; KINKER, Fabio; MARCOLINO, Miriam; RIBARIC, Adrian. Reserva Jaraguá-Cainás x Terra Indígena Guarani, Unidade de Conservação, ecologia da Paisagem e Patrimônio Cultural. Universidade Livre e Colaborativa/ Biosphera21, 2020.

SANTOS, Aline Pamela. Análise integrada do espaço geográfico: Fragilidade Ambiental do Parque Estadual do Jaraguá e seu entorno. Orientador: Jurandyr Luciano Sanches Ross. 2019. 54 p. Dissertação (Graduação em Geografia) - Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTOS, Rafael Marques dos; NÓBREGA, Maria Teresa de; PAIVA, Raniere Garcia; SILVEIRA, Hélio. ANÁLISE DA FRAGILIDADE AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE TAMBOARA – PR: APLICAÇÃO E ESTUDO COMPARATIVO DE DUAS METODOLOGIAS. Geoambiente on-line, Jataí - GO, ed. 14, p. 93-120, 2010. Disponível em: www2.jatai.ufg.br/ojs/index.php/geoambiente. Acesso em: 26 maio 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE (São Paulo). FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plano de Manejo do Parque Estadual do Jaraguá. São Paulo, 2010. 404 p. Volume Principal.

VICTOR, Rodrigo Antônio Braga Moraes; HONDA, Francisco de Assis; KANASHIRO, Marina Mitsue; DE SOUZA, Vanessa Cordeiro; PIRES, Bely Clemente Camacho. Revisão da Reserva Biosfera da Mata Atlântica - Faze VII/ 2008. São Paulo, set. 2008. Disponível em: http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_07_rbcv.asp. Acesso em: 18 maio 2021.